



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JOYLLINE YONARA FRUTUOSO DA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FORMA DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL:
UMA ANÁLISE DO TEMA, NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

JOYLLINE YONARA FRUTUOSO DA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FORMA DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL:
UMA ANÁLISE DO TEMA, NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Especialista Diego Lima dos Santos Silva.

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Joylline Yonara Frutuoso da.
Educação sexual como forma de prevenção ao abuso sexual [manuscrito] : uma análise do tema, nos documentos curriculares da educação infantil / Joylline Yonara Frutuoso da Silva. - 2023.
51 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Prof. Esp. Diego Lima dos Santos Silva ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Abuso sexual. 2. Educação sexual. 3. Educação infantil.
4. Escola. I. Título

21. ed. CDD 372

JOYLLINE YONARA FRUTUOSO DA SILVA

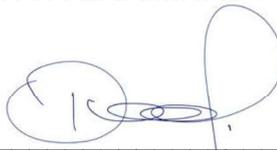
EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FORMA DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL:
UMA ANÁLISE DO TEMA, NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO
INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 17 / 11/ 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Especialista Diego Lima dos Santos Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr.ª Paula Almeida de Castro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr.ª Tatiana Cristina Vasconcelos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai, minha mãe e minha avó (*in
memoriam*) pelo amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por ter me guiado e dado forças até aqui. E por sempre estarem abençoando toda a minha trajetória durante todo curso.

Ao professor Diego Lima, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai José, a minha avó Maria de Lourdes (*in memoriam*), a minha mãe por toda ajuda nessa jornada.

A minha amiga Allany, pela sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos professores do Curso, por todo apoio e confiança UEPB, em especial, Martha Celino e a queridíssima professora Maria das Graças Lima que contribuíram ao longo dos anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas do curso da UEPB, José Renan, Jordana Pessoa e Normélia Raissa pelo companheirismo durante todo o curso e ajuda quando foi necessário.

“O próprio Senhor irá à sua frente e estará com você; ele nunca o deixará, nunca o abandonará. Não tenha medo! Não se desanime!”.

Deuteronômio 31:8.

RESUMO

A Educação sexual pode ser debatida na infância através do currículo que são direcionados à primeira etapa da educação básica de forma transversal nos campos de experiência da educação infantil. A educação sexual infantil é uma ferramenta para ensinar às crianças o senso de responsabilidade com o próprio corpo: o cuidado com o seu corpo e o do outro. Nesse ínterim, este trabalho busca compreender os fatores que interferem para a causa das dificuldades na inserção da sexualidade e aprendizado na educação infantil, bem como entender como os documentos normativos abordam à educação sexual na educação infantil e refletir sobre a importância de se trabalhar temas voltados à sexualidade na educação infantil como uma etapa necessária a ser realizada em sala de aula, vislumbrando contribuir para pesquisas futuras, aspirando ao bem-estar de crianças nas vivências de sua sexualidade atual e futura. Para alcançar os objetivos propostos, o estudo foi baseado em uma pesquisa qualitativa, partindo da pesquisa bibliográfica para apresentar o contexto histórico e conceitos sobre a educação sexual infantil. Também foi utilizada pesquisa documental em legislações sobre o tema, e, realizou-se a pesquisa de campo com aplicação de questionário em entrevistas estruturadas com professores da educação infantil de rede pública e privada de ensino atuantes no município de Campina Grande-PB. Desse modo, foi possível alcançar resultados de forma mais amplas sobre quais seriam as dificuldades de integrar educação sexual ao currículo da educação infantil podendo compreender a relação entre a temática e a práxis no contexto educacional. Conclui-se que, por parte, a legislação educacional brasileira ainda não se dispõe a discutir sobre a educação sexual na etapa da educação infantil. A Base Nacional Comum Curricular, ainda trata como suficiente a discussão apenas para o Ensino fundamental nos anos finais implantando nas salas de aula com o aspecto higienista, excluindo crianças e adolescentes de perspectivas políticas e sociais, firmando a ideia de educar meramente para prevenção do que para a compreensão. Por fim, destaca-se a importância de se trabalhar a educação sexual na educação infantil como um interventor no auxílio à prevenção, combate e denúncia de casos de abusos sexuais infantis.

Palavras-Chave: abuso; educação sexual; educação infantil; escola.

ABSTRACT

Sexual education can be discussed in childhood through the curriculum that is aimed at the first stage of basic education across the fields of early childhood education experience. Child sexual education is a tool to teach children a sense of responsibility for their own bodies: caring for their own bodies and that of others. In the meantime, this work seeks to understand the factors that interfere in the cause of difficulties in the inclusion of sexuality and learning in early childhood education, as well as to understand how normative documents address sexual education in early childhood education and reflect on the importance of working on topics focused on sexuality in early childhood education as a necessary step to be carried out in the classroom, with a view to contributing to future research, aspiring to the well-being of children in the experiences of their current and future sexuality. To achieve the proposed objectives, the study was based on qualitative research, based on bibliographical research to present the historical context and concepts about childhood sexual education. Documentary research was also used in legislation on the topic, and field research was carried out using a questionnaire in structured interviews with early childhood education teachers from public and private schools working in the municipality of Campina Grande-PB. In this way, it was possible to achieve broader results regarding the difficulties of integrating sexual education into the early childhood education curriculum, being able to understand the relationship between the theme and praxis in the educational context. It is concluded that, on the other hand, Brazilian educational legislation is not yet willing to discuss sexual education in the early childhood education stage. The National Common Curricular Base still treats discussion as sufficient only for elementary education in the final years, implementing the hygienist aspect in classrooms, excluding children and adolescents from political and social perspectives, establishing the idea of educating merely to prevent what for understanding. Finally, the importance of working on sexual education in early childhood education as an intervention in helping to prevent, combat and report cases of child sexual abuse is highlighted.

Keywords: abuse; sexual education; chileducation; school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo dos marcos educacionais que impulsionaram a educação sexual como forma de prevenção ao abuso nas escolas	31
Figura 2 - Gráfico da pergunta 3: A escola que você trabalha ou trabalhou discute educação sexual na educação infantil?.....	37
Figura 3 - Gráfico da pergunta 4: Você tem dificuldade em discutir educação sexual em sala de aula?	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução e retrocesso da temática educação sexual infantil, nas leis e nos currículos da educação básica	22
Quadro 2 - Perfil dos professores que preencheram o questionário de perguntas ...	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IGC	Índice Geral de Cursos
IST'S	Infeções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MMDFH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
RCNEI	Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL	14
2.1	O que é Educação sexual infantil	15
2.1.2	<i>Educação sexual infantil: família ou escola, a quem compete essa discussão?</i>	19
3	EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL NA LEI E NOS CURRÍCULOS EDUCACIONAIS	21
3.1	A Constituição Federal de 1988	26
3.1.2	<i>A Base Nacional Comum Curricular</i>	28
3.1.3	<i>A Educação sexual na Infância como ferramenta contra o abuso Infantil</i>	29
4	METODOLOGIA	33
4.1	Tipo de Pesquisa	33
4.2	Instrumento de Pesquisa	34
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
6	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa Aplicado com os professores	50
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	51

1 INTRODUÇÃO

As transformações vivenciadas pela sociedade atual que afeta diretamente o sistema de ensino, e exige dos educadores aprofundamentos relacionados sobre alguns temas, que embora não sejam atuais, colocam-se como emergentes para a discussão, pois fazem parte do cotidiano escolar e social e que envolvem questões que são rodeadas de tabus e preconceitos permeados por questões religiosas e conservadoras.

Entre alguns desses temas, encontra-se a educação sexual¹, um importante e atual assunto que tem evoluído ao longo do tempo para atender às necessidades das sociedades em constante mudança. Conforme as Diretrizes curriculares Nacionais para Educação Infantil apontam, a ação nas escolas a tornam educação sexual um conteúdo de grandes discussões e polêmicas, que estão envoltas em questões como: implementar sua proposta de ação nos currículos educacionais da educação infantil e sua finalidade (Brasil, 2006). E para tal propósito, é preciso de um currículo que oportunize esse diálogo a qual possa tornar entendível a importância da Educação sexual nos ambientes educacionais da primeira etapa da educação básica para que possam auxiliar na formação em sua totalidade, colaborando como um aspecto de precaução ao abuso sexual.

Diante desse contexto, a escolha da temática desse trabalho que é “Educação sexual como forma de prevenção ao abuso sexual: Uma análise do tema, nos documentos curriculares da Educação infantil” se deu a partir da experiência pessoal de vivenciada pela autora, durante seus anos atuando em sala de aula, como professora da educação infantil na pré-escola, enquanto não formada, mas exercendo essa função durante três anos letivos consecutivos. O respectivo trabalho está dividido em quatro capítulos incluso dentre eles: o referencial teórico, a metodologia, resultados e discussões e conclusão.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender os fatores que interferem para a causa das dificuldades na inserção da sexualidade e aprendizado na Educação Infantil. Já os objetivos específicos da pesquisa foram: Compreender como os documentos normativos abordam à Educação sexual na Educação infantil; Refletir sobre a importância de se trabalhar temas voltados à

¹ Educação sexual: É uma ferramenta para ensinar às crianças o senso de responsabilidade com o próprio corpo: O cuidado com o com o seu corpo e o do outro.

sexualidade na Educação infantil como uma etapa necessária a ser realizada em sala de aula; Destacar alternativas de trabalho que auxiliem professores na discussão sobre a temática sexualidade na infância; Identificar as principais dificuldades dos profissionais da educação em abordar educação sexual nos estabelecimentos de ensino; Contribuir para pesquisas futuras, visando o bem estar de crianças nas vivências de sua sexualidade atual e futura.

Como percurso metodológico, adotou-se uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseados em estudos de Freud, Foucault, Suplicy, Figueiró e outros autores. Foi efetuado um levantamento de dados utilizando como instrumento de pesquisa um questionário estruturado, aplicado com professores da Educação Infantil, do sexo feminino com idades entre 20 e 46 anos, formadas em Pedagogia, que atuam no total de cinco escolas na Rede Pública de Ensino, e cinco na Rede Privada. Desse modo, foi possível obter informações relevantes para o meio educacional e social, buscando resultados abertos para uma discussão científica em materiais como livros, obras e artigos, e em documentos curriculares, que somou para o entendimento e construção do referencial teórico.

A pesquisa foi desenvolvida através de um questionário de 9 perguntas, com o intuito de analisar como a temática sobre sexualidade na infância se apresenta nos documentos curriculares e, como os professores da rede básica analisam essa discussão para assim, identificar as principais dificuldades dos profissionais da educação em abordar educação sexual nos estabelecimentos de ensino, observou-se de estudos de grandes teóricos e pesquisadores da área, e como ela pode ser orientada de forma preventiva ao abuso.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Os primeiros debates em torno do tema e dos conceitos de sexualidade que remontam a década de 60, as discussões sobre eles ainda continuam a suscitar polêmicas, especialmente entre o público não familiarizado com as descobertas científicas. O primeiro trabalho de fôlego do conceito gênero atribui – se a obra de Stoller (1968) em “Sexo e Gênero”, depois dele as pesquisas se ampliaram e aprofundaram as questões em torno das relações ao sexo, à sexualidade e à identidade de gênero.

Na década de 90, o termo não era mais confundido com sexualidade no que diz respeito ao modo como os indivíduos lidam com o desejo e a prática sexual. “Ao tratar do tema orientação sexual, busca considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte” (Brasil 1997, p.287). Assim, se faz entender que tudo aquilo que aproxima, atrai e orienta o indivíduo contribui para a resistência que havia na sociedade em discutir e levar questões para a sala de aula e que ainda é atual, já que para algumas pessoas são questões que escapam o ambiente escolar, e para outras são questões inerentes à escola.

A educação que damos às crianças teve início na inserção de regras rígidas e impiedosas, objetivando a submissão da sexualidade infantil, sobre isso Foucault (1988) apontava que:

Dupla afirmação, de quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou quase dois séculos (Foucault, 1988, p. 115).

Nos dias de hoje o termo pedagogização ainda parece está inserido e colocado em prática dentro dos diversos níveis da sociedade. Talvez assim, pode-se dizer que o toque nos genitais é uma das maiores manifestações do abuso físico infantil e que nos causam perplexidades.

A sexualidade foi e é ensinada para todos, inclusive para a criança, e cada uma leva consigo um significado da forma como foi ensinado, primeiramente em seu seio familiar e depois já sociedade e meio cultural que está inserido. A ideia de corpo que temos hoje é um resultado da construção de pensamentos passados de geração em geração, isso vai de como os pensavam e a importância que o corpo tinha na estrutura da sociedade até a forma como o vemos hoje. Foucault (1993) em seu estudo sobre a história do corpo fez com que estudiosos da atualidade buscassem trazer discussões que relacionam o corpo à sexualidade. Em um dos seus estudos o próprio Foucault diz que a sexualidade:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tenta pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico (Foucault, 1993, p.100).

De acordo com Foucault (1993), entende-se que a sexualidade não foi algo nos dados ao nascer, ou seja, biologicamente os indivíduos nascem com órgãos que determinam a qual sexo biológico vai pertencer, mas afirma que a sexualidade é uma invenção do ser humano e que essa não se nasce, se escolhe. Relacionando os estudos de Foucault ao tema deste trabalho, é possível compreender que partindo do pressuposto de que com nada se nasce e tudo se aprende, entendemos que desde o nosso nascimento até a nossa morte estamos aprendendo, desenvolvendo e criando novos meios de se enxergar perante si e perante o próprio contexto social ao qual somos inseridos.

Se podemos aprendemos o porque não ensinar as crianças desde cedo na escola questões relacionadas com o corpo, é aqui onde entra a história de como a sexualidade foi e é ensinada às crianças ou não. E como isso ocorreu na história.

2.1 O que é Educação sexual infantil

Educação sexual infantil é uma ferramenta para ensinar às crianças o senso de responsabilidade com o próprio corpo: O cuidado com o com o seu corpo e o do outro. Instruir a criança que esta é a forma que ela tem para se proteger de abuso infantil, se dá através do auto conhecimento de seu corpo e de si. E como se faz isso? Como se prepara a criança para as etapas da vida?

De acordo com Suplicy (1999, p. 18) “a sexualidade no ser humano é aprendida, portanto, construída”. Desta forma, vale dizer que ao Suplicy relata que é por meio de brincadeiras, discussões e conversas que a sexualidade infantil desenvolve. Quando o docente se dedica a levar essa temática de Educação sexual para o cotidiano da Educação Infantil ele aborda diversas temáticas relacionadas ao corpo de forma que instrua a criança, que ao entrar no Ensino fundamental carregará uma ideia positiva de que escola é um lugar onde pode e, deve falar sobre questões relacionadas ao corpo e ao sexo. Assim, é importante que se entenda que existem dois tipos de Educação sexual: A formal e a informal.

A educação formal ocorre quando o professor planejou uma aula de forma intencional para discorrer sobre o tema naquele determinado ambiente, assim sendo uma aula planejada. A informal é aquela que acontece fora de momentos planejados, normalmente esse tipo é transmitido pelos adultos responsáveis da criança ou adolescente, pois ela é propagada por meio das atitudes, posturas, crenças, mensagens passadas ou não passadas e interações uns com os outros. É muito importante estar atento que o silêncio também educa, mesmo que seja de forma negativa (Brasil, 2001).

Partindo do pressuposto que Educação sexual é refletir no espaço em que o adulto conversa com a criança sobre o corpo. Dentre isso, pode-se pensar no contexto familiar significar os diferentes tipos de família e preconceitos, logo, é muito importante não se restringir a ideia de que pensar educação sexual é limitar-se a falar sobre sexo, mas, aspirar o aluno a se expressar, falar abertamente sobre os seus sentimentos, emoções e dúvidas.

Não falar sobre sexo e sexualidade passa uma mensagem negativa para criança, na qual a mesma potencializa uma visão que o assunto não se faz parte da vida e do cotidiano. A comunicação verbal conseqüentemente também educa seja positivamente, seja negativamente, o medo ao responder questões e perguntas feitas sobre este conteúdo gera um receio, e essa não conversa afeta o que se faz tão necessário no presente e no futuro (Brasil, 2001).

A Educação sexual pode ser debatida na infância através do currículo da educação infantil de forma transversal nos campos de experiência da educação infantil, muito embora a Base Nacional Comum Curricular não evidencia em seu documento. Enquanto temática, pode ser discutida em sala de aula, para este fim,

analisa-se o que dizem os currículos de como a educação sexual deve ser trabalhada em sala de aula:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p.10).

Conforme a referida citação, a educação sexual pode ser aplicada de duas formas: trazendo-a com conteúdos específicos a serem trabalhados em sala de aula, mas apenas no Ensino fundamental nos anos finais, excluindo a educação infantil², sendo debatida apenas como assuntos transversais e que deve se perpetuar através de outros assuntos já apresentados em sala de aula. E, da segunda forma, que são assuntos trabalhados de forma extracurricular quando necessário, podendo ser elaborados quando houver a necessidade de temáticas.

Na BNCC, as crianças têm seus direitos de aprendizagem e, a partir destes direitos poderão se desenvolver através dos cinco campos de experiências, portanto, há diversas maneiras de se debater a educação sexual na escola como forma de prevenção ao abuso. O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997 e 1998 trazem orientações voltadas para a educação infantil propondo o conteúdo como uma temática a ser trabalhada cerceada na ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade de cada aluno dentro da comunidade escolar.

A sexualidade se apresenta em todas as fases de nossas vidas, visto que, não é algo coletado, e sim, algo que está mudando tanto quanto nós mudamos e vamos crescendo. Esse conceito amplo e generalizado e a convicção de que crianças eram/são seres sexuados foram revelados por Freud.

O instinto de saber na mesma época em que a vida sexual da criança atinge seu primeiro florescimento, dos três aos cinco anos de idade, também começa a aparecer naquela atividade que se atribui ao instinto de saber ou de pesquisa. O instinto de saber não pode ser incluído entre os componentes instintuais elementares nem ser subordinado exclusivamente à sexualidade (Freud, 1987, p. 103).

²Reflexão mais detalhada no capítulo 3 deste trabalho.

Se hoje falar de sexualidade na infância já assusta a tantas pessoas, imagina a décadas atrás? Foi no final do século XIX que Freud divulgou seus estudos, contrapondo a visão da sociedade de que a criança é um ser “puro” e “angelical”, totalmente assexuadas. Freud apresenta o “Desenvolvimento Psicosssexual” e o processo do mesmo, que se constituem em quatro fases do desenvolvimento sexual: Fase oral, Fase anal, Fase fálica e a fase de latência³.

Essas quatro fases do desenvolvimento psicosssexual embora, na época que foram divulgados para a sociedade sofreram bastante desprezo pela comunidade que passava por muitas transformações, já nos dias de hoje, são aceitas e estão presentes em documentos normativos como o RCNEI⁴, que traz as fases do desenvolvimento psicosssexual do ser humano na introdução, percorrido em um capítulo que será discutido mais à frente desta pesquisa. As etapas de desenvolvimento que todo ser humano passa desde o nascimento até chegar à fase adulta serviram para estudos futuros e bases teóricas para autores da área da psicologia e da educação até hoje como Michel Foucault, Sigmund Freud e Figueiró.

Figueiró (2019) publica na Revista Brasileira de Sexualidade Humana “Conquistas e desafios das educadoras e educadores”. Atuantes em Educação Sexual: subsídios para a formação docente, termos voltados para Educação sexual nas escolas e seu envolvimento imperioso nos espaços de ensino básicos. “(...) toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual” (Figueiró, 2019, p.10).

A autora ainda afirma que o sexo faz parte da sexualidade, entretanto, sobrepuja a demanda a vida, pensando que a sexualidade compreende a afetividade, carinho, toque e sentimentos que abarcam intimidade das pessoas e

³ As fases de desenvolvimento psicosssexual apresentadas por Freud (1905/1996) propõem uma organização sexual por meio de quatro fases de desenvolvimento – oral, anal, fálica e genital – que vão culminar na vida sexual adulta, em que as pulsões, antes parciais, ficarão sob o domínio da zona genital. Todas as fases organizam um conflito interno típico e um modo de defesa, como no caso da fase fálica, em que o conflito do desejo libidinoso pela mãe precipita o complexo de Édipo como sintoma de um desejo incestuoso. Convém destacar ainda que as fases de desenvolvimento são resultados de um processo que inclui o acionamento de mecanismos de defesa como o recalque e a projeção, que por sua vez implicam fixações e regressões para caracterizar sua estrutura mais dinâmica – já que sinuosa do que linear e determinista. Cada fase diz respeito a uma etapa do desenvolvimento da libido em que há a preponderância de uma zona erógena é uma modalidade específica de relação com o objeto.

⁴ RCNEI sigla dada para abreviação do documento curricular, Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil criado em 1988 com um documento auxiliar para prática pedagógica de professores da educação infantil.

que engloba a infância. “(...) a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade” (Figueiró, 2006, p. 2).

A autora traz em suas publicações que comportamentos que desenvolvemos desde a relação de carinho e comunicação com a mãe ainda bebês, até a forma como nos relacionamos com o outro define como lhe damos com a sexualidade, e como a vemos. Logo, também é fruto da estrutura grupal em que somos inseridos desde o nosso nascimento a produções socioculturais que compõem diferentes valores e a diversidade de crenças numa sociedade democrática e pluralista. Para além, Figueiró (2006) afirma que é importante diferenciar que os conceitos relacionados à sexualidade no adulto não é a sexualidade essencialmente biológica manifestada nos primeiros momentos da infância que será falado mais abaixo no tópico referente ao Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.

2.1.2 Educação sexual infantil: família ou escola, a quem compete essa discussão?

O Estado e a família também precisam se articular no combate contra a violência infantil. A educação sexual infantil, por vezes, é entendida de modo errôneo, e neste sentido, contribuem na formação de outra problemática: a desinformação. Dialogar sobre educação sexual na infância conduz a criança a entender os limites que o outro precisa ter de seu corpo, e quais ações, palavras e gestos podem ser entendidos como invasivo ou configurar assédio sexual.

Essa distorção que muitos fazem, acaba culminando com uma problemática ainda maior, gerando desinformação. Falar de sexualidade é muito mais do que genitais, penetração e etc. Sexualidade diz respeito à identidade, desejo, afeto, cidadania, a forma como os indivíduos relaciona consigo mesmo e com o outro, isto é, todo ser humano nasce e morre sexual independente de ter transado na vida ou não. Como seres sexuais, os indivíduos se desenvolvem a partir de relações com o outro. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) 2006, o conceito de sexualidade é entendido como:

A sexualidade é um aspecto central do ser humano presente em toda a sua vida. Abrange sexo, identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Sente e se expressa através de

pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos (OMS, 2006 *apud* Augusto, 2019).

Segundo Monsorens (2022), em países como a Holanda e Canadá a ES (sigla que irá se referir a Educação Sexual) começa ainda no jardim de Infância e no método aplicado nas escolas locais os educadores não fazem referência explícita ao sexo, o conteúdo e a linguagem são apropriados a idade de cada criança e os tópicos evoluem conforme a criança se desenvolve. Muito antes de falar sobre sexo, explica a criança o que é consentimento, que ela é dona do próprio corpo, que partes íntimas só podem ser tocadas por adultos em momentos de higiene com banho para que ela entenda a diferença entre cuidado, proteção e abuso e que a mesma sempre o direito de dizer não.

Neste exemplo, entende-se que a Educação sexual tem como um dos pilares à proteção contra o abuso sexual que pode ser físico com (contato físico, sem contato físico e com atos de violência) e emocional, a instruir gravidez indesejada, gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, Infecções sexualmente transmissíveis (IST'S), e redução dos índices de *bullying* e de suicídios entre jovens, por exemplo, porque ela aborda a orientação sexual e o respeito à diversidade.

Atualmente se tem claro que a educação sexual surge primeiramente como papel da família, isto porque, a família desempenha um papel significativo na ligação afetiva com a criança, ensinando que ela é amada e por isso pode amar as pessoas. Os responsáveis legais sempre estarão ensinando do ponto de vista sexual os seus filhos, mesmo que eles não se dêem conta disso, seja pela interação na vida cotidiana, seja pela forma como tratam a criança com respeito, carinho, tudo isso implica em como a criança vai manter relações sobre a sexualidade na sua adolescência e na vida adulta, o tratamento entre pai e mãe é um exemplo para a vida a dois desta criança.

Mas, e agora, e o papel da escola? O desenvolvimento humano é o tempo todo biológico e psicológico, como seres sexuais os indivíduos se desenvolvem a partir das relações com o outro. E isso, é o que Vygotski (1995) vai chamar de Desenvolvimento Cultural humano que acredita que o processo de apropriação do mundo é por meio da linguagem e através da interação com o outro e com o meio.

Para Vygotski (1995), a cultura molda o psicológico, ou seja, determina a maneira de pensar. Pessoas de diferentes culturas têm diferentes perfis

psicológicos. As funções psicológicas de uma pessoa são desenvolvidas ao longo do tempo e mediadas pelo social, se perpetuando pela cultura a qual pertence. A escola torna-se importante sabendo que desde o início da década de 80 pesquisas vêm mostrando que a sociedade de forma geral chega reforçando a relevância da introdução de conhecimento nas diversas relações que se encontram na escola sejam elas de alunos, professores, pais e toda a equipe técnica que compõem a escola. Afinal, na escola não são apenas alunos e professores.

A instituição de ensino deve incluir a formação integral⁵ do aluno. A escola sempre está educando, às vezes de forma positiva, às vezes de forma negativa. Mas, é nela que se encontra algo fundamental para Educação sexual que na família não tem, na escola existe a presença dos pares da mesma idade, que são as outras crianças de diversas características e estruturas familiares diferentes. A presença desses pares da mesma idade é de extrema relevância para que se tenha conversas, discussões de todas as questões. É por meio dessas trocas de ideias com o outro que irão refletir e, aprender a respeitar opiniões diferentes e valores diferentes dos seus.

3 EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL NA LEI E NOS CURRÍCULOS EDUCACIONAIS

A Educação Brasileira é norteadada por documentos que regem a estrutura educacional de todo o país. Todos esses documentos têm ou tiveram funções específicas para cada ano e contexto no qual foram lançados. É de suma importância ressaltar que alguns são de utilização obrigatória e já outros não são normativos, mas continuam tendo sua relevância e que ainda são utilizados de forma flexível e que orientam os estabelecimentos de Ensino na formulação de seus currículos e projetos políticos pedagógicos.

O Quadro 1 apresenta um resumo sobre a evolução da educação sexual infantil baseado nas seguintes leis e currículos da educação básica: ECA, LDB, DCN e RCNEI.

⁵ A formação integral do aluno visa atingir todas as dimensões que formam os educandos por aspectos físicos, intelectuais, psicológicos e sociais com ação auxiliadora da família.

Quadro 1 - Evolução e retrocesso da temática educação sexual infantil, nas leis e nos currículos da educação básica

<p>ECA - 1990</p>	<p>ECA/1990 Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), educação como um Direito Humano foi apresentado no Estatuto da criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069, de julho de 1990), no Art.3º que diz que todas as crianças e adolescentes têm direitos fundamentais, e que lhes são garantidos por lei oportunidades desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.</p> <p>Segundo o Estatuto, todos têm direito de acesso à informação e à educação sexual. Garantir serviços de orientação a adolescentes e jovens antes de sua atividade sexual, é um exercício para ajudá-los a lidarem com a sua sexualidade de forma benéfica e responsável. Porém, se tem uma discussão da necessidade de incluir a faixa etária das crianças menores da educação infantil, que se faz mais que nunca pertinente. Quando se estendeu nas leis brasileiras voltadas para educação, houve um retrocesso de cunho religioso e extremista, ocorrendo uma mudança no ECA em seu Art. 8º - A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criar a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, em 3 de janeiro de 2019, proferida pela Damares Regina Alves. Que diz que:</p> <p style="text-align: center;">Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência (...). As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente (Brasil, 1990, p. 234).</p> <p>Foi restrito todo esse trabalho apenas ao público adolescente, e excluiu o público de crianças da Educação básica desde a Educação Infantil aos educandos do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Quando no Art. 30º prevalece a formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersetorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral. Ou seja, exclui a criança pequena ao acesso da Educação como forma de prevenção às diversas consequências da não informação e conhecimentos que possibilitam a sua formação integral.</p>
	<p>Segundo a LDB, é dever da escola denunciar violência seja ela de qualquer natureza, contra a criança e notificar ao Conselho tutelar da cidade. Discutir sobre abuso e exploração sexual na escola afirma o seu espaço como político e deve estar aberto para discussões. De acordo com Dantas (2019) atualmente sendo mais precisa no ano de 2021 a Lei de Diretrizes e Bases incrementou em sua estrutura no artigo 26 § 9:</p>

<p>LDB - 1996</p>	<p>Conteúdos relativos a direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente (...) serão incluídos, como temas transversais, nos currículos observadas diretrizes da legislação correspondente e a produção e a distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino (LDB, 2021, p. 20).</p> <p>Com essa atualização pode se observar que os direitos e a prevenção de violência contra a criança e o adolescente se faz necessária nas escolas, não só porque a lei que fundamenta a base da educação no país trouxe essa temática à incluído em seus artigos documentos anteriores como visto acima, também trazem essa ação como necessária na educação brasileira, todavia, os questionamentos que circundam o tema, nos mostram que não se sabe como se fazer essa ação na primeira etapa da educação básica, sem ferir grande parte da população de vias religiosas e leigas no assunto, que conseguem interferir diretamente nestas ações de pleitos educacionais como aconteceu na formulação da BNCC.</p>
<p>PCNs - 1997</p>	<p>Nos Parâmetros Curriculares Nacionais podemos notar que a temática vem destinada apenas para os Ensino Fundamental como tema transversal direcionados a componentes curriculares específicos. Uma amostra disso é que apenas as disciplinas de Matemática, Português, Ciências, História e outros têm que ser aprimoradas de maneira multidisciplinar com algumas referências.</p> <p>As manifestações da sexualidade infantil mais frequentes acontecem na realização de carícias no próprio corpo, na curiosidade sobre o corpo do outro, nas brincadeiras com colegas, nas piadas e músicas jocosas que se referem ao sexo, nas perguntas ou ainda na imitação de gestos e atitudes típicos da manifestação da sexualidade adulta (Brasil, 2001, p.84).</p> <p>A proposta dos PCNS trouxe a orientação sexual procurando considerar todas as dimensões da sexualidade: a biológica, sociocultural e psíquica, além de suas inferências políticas. Ademais, é favorável entender orientação sexual como sendo de caráter normativo, e que estão relacionados à visão de sexualidade e que deve ser trabalhada pedagogicamente em todos os ciclos de escolarização e não como conteúdos de uma disciplina. No mesmo documento desloca uma discussão de que se necessita de um guia para se produzir uma orientação voltada para crianças menores que abrangem as “crianças pequenas” da educação infantil, mas que, no entanto, isso ainda não foi abordado devido a uma problemática: a maturidade. Entretanto, essa problemática está voltada para a questão da maturidade que o PCN trouxe como um certame a se trabalhar com crianças muito pequenas que necessitava de uma maturidade suficiente em relação à sexualidade, para problematizar e refletir sobre o</p>

	<p>tema, que em seguida foi solucionado no RCNEI no ano seguinte.</p> <p>Os PCNs foram elaborados de modo a construir um currículo mais integrado, abrindo espaços para outras discussões contemporâneas. Ainda no mesmo ano, conjuntamente com a versão para o Ensino fundamental anos finais foram apresentadas variantes que circundam a educação infantil, os então chamados de Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI).</p>
<p>DCNs - 1998</p>	<p>As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica onde articulam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) para produzir elementos e orientar a elaboração, planejamento e execução de propostas pedagógicas para os currículos da educação infantil que, subseqüentemente, pretende atingir as múltiplas linguagens da infância e em seguida traz em seu artigo 4º definição de criança como:</p> <p style="padding-left: 40px;">Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p.12).</p> <p>Pensando a criança como sujeito histórico que é capaz de interagir e se relacionar com outros não só de sua idade, mas de forma gradativa também mantém relações com adultos que o rodeiam em seu círculo social. Antes do ECA, a criança não era considerada parte do meio social, era apenas uma consequência biológica e que sua estrutura não havia espaços para elas, por isso a criação das creches foram dirigidas por um cunho assistencialista a fim de que, dispusesse de um local para depositá-las por não reconhecer o espaço como lugar de aprendizagem e nem abraçar a criança como ser humano que precisasse de uma proposta ensino e de cuidados específicos para cada faixa etária, funcionando apenas como estoques de crianças deixados pelos pais para poderem trabalhar.</p> <p>Em 2010, a DCNEI apresenta em sua estrutura propostas pedagógicas que devem ser inseridas nas instituições de educação infantil de todo o país, uma delas se faz importante citar neste trabalho que diz:</p> <p style="padding-left: 40px;">A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes (Brasil, 2010, p. 21).</p> <p>Neste ponto do documento intitulado de “Proposta Pedagógica e Diversidade” há uma referência à proteção da criança e a grande diversidade de infância no nosso país,</p>

	<p>dividido em dois pontos. Um fala sobre o reconhecimento, a importância e a valorização dos povos africanos e a segunda fala da proteção da criança contra qualquer forma de violência contra a criança a ser trabalhado de forma coletiva e como parâmetro para a organização de materiais, espaços e tempos que proporcionem a criança não só dentro dos currículo, mas para além do ambiente escolar, pensando nela como ser atuante da sociedade que precisa ser pensado socialmente todos âmbitos sociais e que promova ações que atue também contra violência psicológica e física infantil.</p>
<p>RCNEI - 1998</p>	<p>O RCNEI, veio em 1998 servindo como um documento auxiliar do professor da educação infantil justamente, pensando em nortear o pedagogo em questões que abrangem as diversas áreas, não sendo atualmente, de uso obrigatório. Em Brasil (1997; 1998b)foi criado o RCNEI, documento restituído para educação infantil, que tem propósito de apresentar abstrusos pontos que surgem como reflexões, organização, desenvolvimento e avaliação aos professores da Educação básica associados aos conteúdos e recursos de ensino direcionados a faixa etária correspondente a Educação infantil.</p> <p>Neste documento as instruções oferecidas à educação infantil são tituladas de RCNEI, que indicam a etapa mais hermética para manifestar propostas sobre sexualidade, devido à idade pueril. “(...) étnica, religiosa, de gênero, social e cultural...” (Brasil, 1998b, p. 31). Os referenciais guiam os profissionais da educação que devem apreciar a pluralidade e a diversidade em sua grandiosidade. Contudo, expõe essa faixa etária como um momento favorável para trazer mediações pedagógicas nas escolas para trabalhar o tema da educação sexual. Essa contradição nos documentos curriculares acaba proporcionando uma discussão que nem mesmo as legislações brasileiras educacionais conseguem definir. Há cada vez mais, uma necessidade de trazer para Educação Infantil competências que alcancem os currículos da primeira etapa da Educação básica. De antemão em 1997, o Referencial Curricular volume 2 , apresenta na introdução um capítulo intitulado de “Expressão da sexualidade” e aborda que a criança pequena desde o nascimento manifesta diferentes tipos de prazer, que são diferentes do adulto, e esses aspectos se configuram em distintas partes do corpo, como por exemplo: a boca e o mamar, as necessidades fisiológicas, as excreções, e o descobrimento dos órgãos genitais, assim, manifestando que à medida que vamos crescendo, vamos evoluindo de acordo com a idade, discorrendo sobre o documento as ideias apresentadas por Freud em seu livro “ Três ensaios sobre a sexualidade, análise fragmentária de uma heresia”, volume 6.</p> <p>A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com o prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, é entendida como algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida.</p>

	<p>Seu desenvolvimento é fortemente marcado pela cultura e pela história, dado que cada sociedade cria regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual dos indivíduos (Brasil, 1998b, p. 17).</p> <p>Pode-se observar em discussões que cercam a educação sexual que a mesma não está só relacionada à saúde, outrossim, está relacionada com a sociabilidade do indivíduo no decorrer da sua vida, todavia que, não se cresce em meio a sociedade sem está envolvido com a particularidades que se estendem desde as crenças, modos de vida e hierarquias sociais de cada comunidade, interferindo do nascimento até a sua morte, na medida que o ser humano cresce e evolui e que desta maneira, atingem questões de saúde públicas e coletivas.</p>
--	--

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

3.1 A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 atribui a três instâncias: Estado, sociedade e família como principais agentes defensores das crianças, e os mesmos devem garantir seus direitos de proteção e qualidade de vida (Brasil, 1988). Embora diversos documentos assegurem a proteção física da criança, elaborar planos de ação precisa ser pensados e estruturados para que possam discorrer pelas camadas da sociedade; a escola, a comunidade, e entre outros setores.

Como essas serão atribuídas em cada esfera social e como serão dirigidas de forma que conscientizem e distribua informações para todos da comunidade, inclusive a criança é o grande desafio do corpo social. Assegurar direitos de cultura, saúde, educação, lazer e respeito à criança e não trazer um olhar para os desvios sociais que se configuram como o aborto e abandono que são vivenciados pela grande maioria das crianças efetivam a necessidade do direito de proteção integral da criança não só com o intuito de promover acolhimento, mas também de forma que não sejamos negligentes aos direitos garantidos por Lei. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 o documento garante os direitos da criança e do adolescente:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p.123).

Todos têm direito à cidadania plena como traz a Constituição Federal, e é reafirmado no ECA onde os artigos apontam esses direitos e um deles eles é o artigo 5, que diz:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990, p.1).

Assim, todos esses estão encarregados de garantir direitos de proteção e qualidade de vida de forma que promovam atuações que diminuam a violência física, psicológica e social, sejam esses direitos garantidos pelo Estado, na escola, na família ou em qualquer esfera social em que estão inseridos.

A regularização da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 em 20 de dezembro de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem tópicos ligados aos conteúdos que foram ressaltados como temas transversais a exemplo: Gênero e sexualidade. Tem sido um grande desafio para educadores trazer questões do gênero para o ambiente escolar. Destacando a ideia de que conteúdos relativos a direitos humanos devem ser tratados como temas transversais nos currículos o PCN traz:

O trabalho de orientação sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque do conhecimento e de opções para que o aluno, ele próprio escolha seu caminho. [...] Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno (Brasil, 2001, p.83).

Ainda de acordo com os PCN (2001), ao refletirmos sobre orientação sexual, a escola é uma instituição social na qual se instalam dispositivos da sexualidade das crianças e deve ser tratado com caráter informativo. Hoje, o tema deve ser aplicado de forma transversal, que ultrapasse a disciplinaridade e que possa se expandir por todo corpo pedagógico da escola. Nos PCNs, há a intenção de estruturar a ação dos alunos e alunas de modo que estes “incorporem a mentalidade preventiva e a pratiquem sempre”.

A todo o momento vive-se em trocas sociais na sociedade e conseqüentemente abordando a sexualidade e as questões que a rodeiam trazem as perspectivas que desde o nascimento estamos imersos a conteúdos relacionados

ao tema, e nessa mesma perspectiva pensou se em adentrar aos conteúdos, sendo o Referencial Curricular um dos primeiros documentos a pensar nessa relação de criança e educação sexual, mesmo que de forma transversal.

3.1.2 A Base Nacional Comum Curricular

Com a necessidade da formulação de um documento que universalizasse o currículo das instituições, coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão normativo do sistema nacional de educação, trazer a proposta da BNCC para a produção de um parecer e de um projeto de resolução que, ao ser homologado pelo Ministério da Educação, se transformou em norma nacional. Alguns marcos legais tiveram grande importância para sua criação: a Constituição Federal de 1988 no artigo 20, a LDB logo após no artigo 26 e em conformidade com o Plano Nacional da Educação (PNE) que em conjunto regime de colaboração traçam metas para alcançar seus objetivos, integrando-se a política nacional da Educação Básica.

A BNCC consiste em um documento que apresenta um conjunto gradual de conhecimentos considerados primordiais, onde todos os alunos precisam desenvolver habilidades ao longo de sua trajetória escolar. O documento também traz seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança que são eles; conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, com o intuito de assegurar os dois eixos estruturantes da educação infantil: brincadeiras e interações, afirmando que as crianças aprendem brincando e interagindo com seus pares (Brasil, 2017).

Entretanto, a BNCC só aponta a importância da educação sexual no ensino fundamental, a partir dos anos finais, desde o lançamento do guia de orientação sexual, como um recurso a ser utilizado como apoio desde a pré-escola ao 2º grau.

O guia não traz nada pronto sobre sexualidade, entretanto, tenta trazer um direcionamento para o profissional da educação com textos cansativos que buscam uma tentativa de aproximação entre uma familiaridade de quem convive diariamente com esta temática, e o reconhecimento das diversidades específicas de cada um e dos direitos de cidadão de todos. É válido pensar que a Educação sexual não pode ser apenas tratada em sala de aula apenas como um canal de informações que são produzidas com o passar dos anos letivos de cada estudante.

De início, a BNCC buscou trazer discussões que seriam relacionadas à sexualidade, com intenções de implementar tais ideias nos currículos das instituições, pensando em trazer a abordagem de uma forma “agradável” nas escolas. Porém, grupos conservadores com discursos tradicionalistas e opostos a termos como: gênero e orientação sexual, intervieram e culminou na retirada da versão que foi publicada do documento. Essa influência ocasionada por cunho religioso que pregam discursos de moralidade, sem nenhum embasamento científico, não só restringiu à sexualidade a algo apenas biológico, como também colocou em questão a relevância da ciência e resultados de longos anos de pesquisas nos nossos documentos educacionais.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (Brasil, 2017 p. 36).

Acolher às crianças com objetivos de estimular o seu universo de vivências através de um currículo voltado a ela e ao seu desenvolvimento aproximando do contexto escola – família se faz insuficiente, uma vez que, questões relacionadas à higiene, ao corpo da criança, estão ligadas à informação sexual e essa temática para educação infantil é excluída pela BNCC (Brasil, 2017). Nos anos seguintes a educação sexual ainda seguiu vista apenas suficiente para o ensino fundamental anos finais relacionando à questões de bem estar, seguindo uma linha de pensamento voltados a prevenção de ist's e gravidez na adolescência. reprimindo a atuação do educador a ensinar para prevenir e não para adquirir conhecimento.

3.1.3 A Educação sexual na Infância como ferramenta contra o abuso Infantil

Baseando-se em dados estatísticos, podemos identificar que o abuso sexual no Brasil apresenta resultados significantes para este trabalho, conforme pesquisas realizadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) (2020), cerca de 3 crianças e adolescentes são abusados sexualmente a cada hora

no país, sendo realizadas 159 mil denúncias pelo Disque Direitos Humanos apenas em 2020. Na sondagem, realizada pela Ouvidoria dos Direitos Humanos foi visto que a taxa de 73% em casos de violência sexual que atinge crianças e adolescentes acontece nas famílias brasileiras. Foram apontadas mais de 6 mil denúncias recebidas pelo setor do Disque Denúncia de violência sexual, só no primeiro semestre do mesmo ano. (Brasil, 2020).

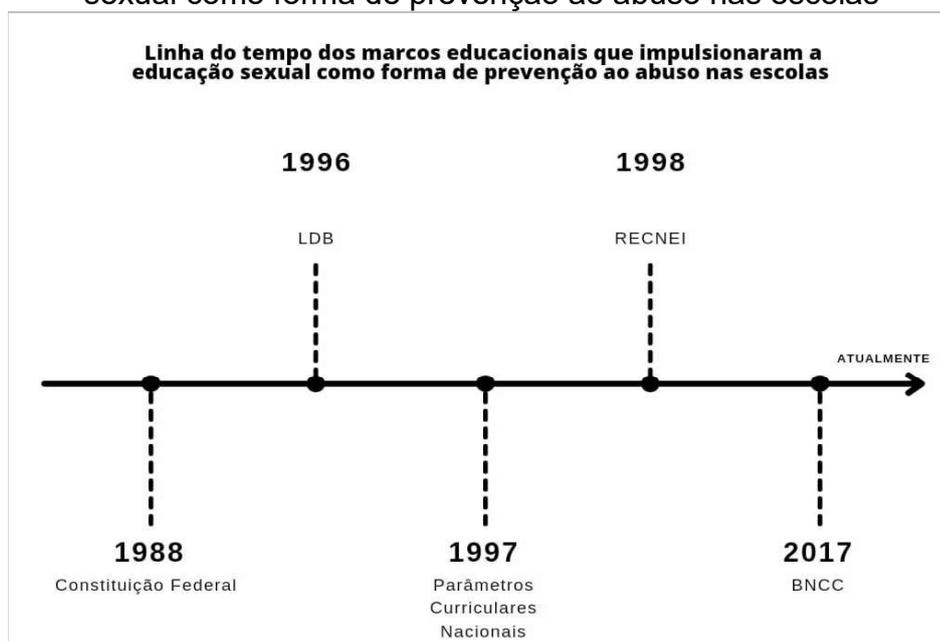
Diante dessas situações que pode ocorrer em sala de aula, na formação específica na graduação do pedagogo, é essencial, sobretudo, na primeira etapa da educação básica, visto que, a criança por vezes não consegue identificar o que seja um abuso ou violência necessite da interferência de um adulto, de modo que, quando essa interferência não é feita pela família, posteriormente ela irá apresentar fragmentos na escola. O ECA tem como um de seus princípios que, a escola como um dos espaços que deve garantir a proteção da criança e adolescente deve prezar pela proteção e integridade infanto-juvenil, o que remete no papel do educador que está de frente cotidianamente com as crianças e é o primeiro profissional que pode vir a identificar a violência sexual (Brasil, 1990).

Pensando que os professores atualmente, passam entre quatro e sete horas em convívio com alunos matriculados em situação parcial ou integral, a ação do docente, é se não, imprescindível, sendo uma das ferramentas que podem ser usadas contra o crime de assédio infantil. Como diz Dantas a seguir sobre as atribuições que cercam a escola:

[...] a escola possui inúmeras atribuições: (1) discutir sobre o ECA e demais instrumentos legais de amparo; (2) zelar pelo desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente estimulando um convívio harmonioso de sua comunidade escolar e garantindo um ensino de qualidade e variados projetos de grupos de artes, esportes, pesquisas; encaminhar suspeita ou confirmação de violência para as autoridades competentes [...] (Dantas, 2019, p.163).

Observa-se na Figura 1 uma linha do temporal, que traz alguns marcos educacionais que impulsionaram a educação sexual como forma de prevenção ao abuso nas escolas.

Figura 1 - Linha do tempo dos marcos educacionais que impulsionaram a educação sexual como forma de prevenção ao abuso nas escolas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Alternativas ou providências podem ser tomadas para quando essa violência atinge a criança, que ao chegar na escola, o professor vai ser o primeiro agente a ser atingido por essa disfunção social que é o abuso Infantil. Neste panorama, como ferramenta a instituição escolar poderá se articular de vários meios de ações de combate (lembrando que essas ações realizadas pela escola não são suficientes para prevenir ações de violência, o Estado e a família também precisam se articular no combate contra a violência infantil) que foram pontuados a seguir:

- **A formação do professor:** Tendo em vista o professor como o profissional que está com a criança diariamente, uma formação que o prepare para identificar e agir mediante essas situações se faz relevante. Essa formação ela pode ser desde o curso superior em que o mesmo se graduou, pode ser por meio de pós graduação (especialização, mestrado e etc.) e formações continuadas que são proporcionadas pelos estabelecimentos de ensino do educador;
- **Propostas pedagógicas:** As propostas pedagógicas voltadas à proteção e combate a violência é um direito da criança como vimos mais acima em diversos documentos curriculares normativos e não normativos. Essas propostas precisam está de acordo com a realidade da escola e do aluno, seguindo o projeto político pedagógico de cada instituição que é elaborado

em colaboração com a comunidade escolar e família dos estudantes da escola, e para a etapa da educação infantil, essas propostas pedagógicas precisam alcançar os direitos de aprendizagem e os campos de experiência de forma transversal⁶, ou seja, que atravessem todos os conteúdos do currículo de experiência da educação infantil, como diz o artigo 26º da LDB;

- **Os Direitos de Aprendizagem:** Os direitos de aprendizagem da criança podem ser grandes aliados da escola ao ter a iniciativa de propor propostas pedagógicas relacionadas ao tema. Visto que, cada um deles é necessário durante toda educação infantil, assim, criar propostas com ênfase na educação sexual podendo utilizar os 6 direitos de aprendizagem para estruturar todo o projeto seria um grande aliado ao combate ao abuso sexual infantil. Por exemplo, o conhecer-se, pode explorar grandes ferramentas nasala de aula tornando a criança ativa para situações de seu convívio e que possa enfrentar futuros desafios.

⁶ Tema transversal: São os elementos transversais que devem atravessar todos os conteúdos que são trabalhados no currículo daquela etapa da Educação Básica. Os objetivos e conteúdos devem ser inseridos nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola, visando à necessidade de discutir e atuar na educação de valores.

4 METODOLOGIA

Esta monografia fez uso como procedimento metodológico, de uma pesquisa de campo, realizou análises documentais e coleta de dados e buscou informações com o público alvo dessa pesquisa.

4.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho foi dividido em duas partes: A primeira parte foi dedicada à pesquisa documental, para isso foram analisados os currículos educacionais, para tecer o referencial teórico e encontrar possíveis avanços e retrocessos no que tange a sexual infantil, nas leis vigentes e nos documentos curriculares. A pesquisa feita nos documentos legais e curriculares normativos (as Leis educacionais), nos currículos educacionais e suas orientações são aferidas a estrita finalidade de conhecer, analisar e averiguar o contexto histórico da Educação sexual, como ela é trabalhada em sala de aula e como deve ser aplicada de acordo com os documentos curriculares na Educação infantil. “A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (Caulley, 1981 *apud* Lüdke; André, 1986 p. 38).

Num segundo momento, partiu-se para a pesquisa realizada através da ferramenta *Google Forms* e contou com a participação de um total de 10 professores, sendo 5 da Rede Municipal de Ensino, e 5 da Rede Privada sendo estes docentes pertencentes de turmas que vão do maternal (bebês de 0 à 3 anos e 11 meses), a pré-escola (crianças de 4 a 5 anos).

Ao todo, para esta pesquisa, foram contempladas professoras que residem no município de Campina Grande-PB na região da Borborema no interior da Paraíba. A aplicação dos questionários foi realizada de maneira *online*, de modo que todos pudessem responder o questionário de pesquisa foi necessário um intervalo de tempo de quinze dias a um mês. Antes da aplicação de fato do instrumento de pesquisa, previamente os professores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A), optando por manter em sigilo os seus dados pessoais. Desta forma, todos, de maneira positiva, se mostraram prestativos em cooperar com a pesquisa.

Ao término juntaram-se os dados levantados que geraram informações que trazem relevância no meio educacional e social, buscando resultados abertos para uma discussão científica. A partir da coleta de dados, os resultados foram transformados em gráficos para melhor compreensão das dificuldades que os profissionais da educação possuem em trabalhar a temática no ambiente escolar e como as escolas que os profissionais de educação infantil estão abordando a educação sexual.

4.2 Instrumento de Pesquisa

Com o objetivo de alcançar de forma eficaz a proposta que este trabalho se dispõe, foi utilizado um questionário (Apêndice A), ao qual foi aplicado com os professores selecionados, sendo este, elaborado tanto pelo autor, como pelo orientador deste estudo. Este instrumento contém 9 questões, sendo um total de cinco de caráter objetivo múltipla escolha e quatro se valendo de questões abertas.

Assim foi aplicado um questionário estruturado, com 10 questões sendo 4 de múltipla escolha e 5 de características subjetivas como alvo apresentar, em cada questão, opções para que os participantes pudessem escolher. Abrangendo, Cervo (2017, p. 53), esclarecendo que este tipo de perguntas possui uma estrutura que simplifica sua aplicação, compreensão e é de fácil análise. Logo, as perguntas abertas, trazem para os entrevistados a oportunidade de apresentarem distintas possibilidades para as suas respostas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção exibe a análise dos resultados obtidos pelo questionário, a partir de um quadro com o perfil dos entrevistados e gráficos que estão referidos às perguntas de múltiplas escolhas com as porcentagens para melhor compreensão dos dados.

O Quadro 2 foi construído pela pesquisadora para descrever o perfil das pessoas que participaram de sua pesquisa com o intuito de fazer uma relação demonstrativa das respostas da primeira pergunta do formulário de pesquisa, com a abordagem didática e profissional de cada profissional levando em conta a temática da investigação com as respostas das demais questões do questionário e analisar as relações entre a formação acadêmica, a série da educação Infantil que atua, conseqüentemente, observando a faixa etária das crianças atendidas, e também, o tempo de atuação do profissional e como isso pode ou não, afetar na oferta da temática nas escolas. O questionário foi respondido por 10 professoras, sendo elas 5 da Rede Privada de Ensino, e 5 da Rede Pública Municipal de Ensino.

Quadro 2 - Perfil dos professores que preencheram o questionário de perguntas

Entrevistados	Formação acadêmica	Série que atua	Tempo de atuação	Escola
Professor 1	Pedagogia	Infantil 3	1 ano e meio	Privada
Professor 2	Pedagogia	Infantil 3	2 anos	Privada
Professor 3	Pedagogia	Pré 1	2 anos	Pública
Professor 4	Pedagogia	Maternal	4 anos	Pública
Professor 5	Pedagogia	Infantil 2	2 anos	Privada
Professor 6	Pedagogia	Maternal	6 anos	Pública
Professor 7	Pedagogia	Infantil 4	7 anos e meio	Privada
Professor 8	Pedagogia	Infantil 5	12 anos	Pública
Professor 9	Pedagogia	Infantil 4	2 anos	Pública
Professor 10	Pedagogia	Infantil 5	5 anos e meio	Privada

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Educação sexual é uma ferramenta para ensinar às crianças o senso de responsabilidade com o próprio corpo: O cuidado com o com o seu corpo e o do outro. Ensinar para crianças que está é a verdadeira forma que ela tem para se proteger de abuso infantil, esse conceito por muitas vezes é desconhecido por profissionais da área e a partir deste questionamento deu se início as discussões pertinentes não só no referencial teórico, mas também na pergunta seguinte do questionário.

Na pergunta número 2 da pesquisa, as pedagogas responderam o que elas achavam o que era Educação sexual para elas. Dentre as 10 respostas, grande parte das professoras significou dentro dos seus saberes que a educação sexual é conhecer seu corpo, entender a importância dele para construção da nossa identidade. Outras pedagogas disseram em suas respostas termos como adquirir identidade sexual: Professora 1, afirma que:⁷*“Ensinar a esclarecer questões relacionadas à sexualidade”*. Já a Professora 3 diz que é: *“A busca por transmitir o conhecimento sobre temas relacionados à sexualidade”*. Em consequente, a Professora 9 relatou que: *“É o nome dado ao processo que visa educar e esclarecer questões relacionadas à sexualidade”* foram algumas das demais definições dadas como resposta.

A partir dessas respostas, constatou-se que o entendimento que o professor pedagogo que atua em sala de aula tem sobre o tema o que enfatiza um dos objetivos específicos desta pesquisa, revela como a temática pode ser ou não transmitida em sala de aula e identifica as principais dificuldades dos profissionais da educação em abordar educação sexual nos estabelecimentos de ensino. Os autores Furlanetto *et al.* (2018), afirmam em seu artigo que:

A escola é compreendida como espaço que cumpre uma função social, responsável pela evolução intelectual, física, social e cultural dos indivíduos. A sexualidade, por sua vez, perpassa todas as fases do desenvolvimento dos alunos e dependerá fortemente das características da formação discente e dos diferentes modelos aprendidos na família e na escola através de professores e funcionários (Furlanetto *et al.*, 2018, p. 13).

O medo que existe por parte dos professores em um dos motivos para que o diálogo exista em sala de aula e o receio de provocar conflitos de origens sociais e religiosos com os pais e a instituição é um fator que também implica na necessidade de profissionais qualificados desde a graduação desde os cursos de pós graduação e formações continuadas.

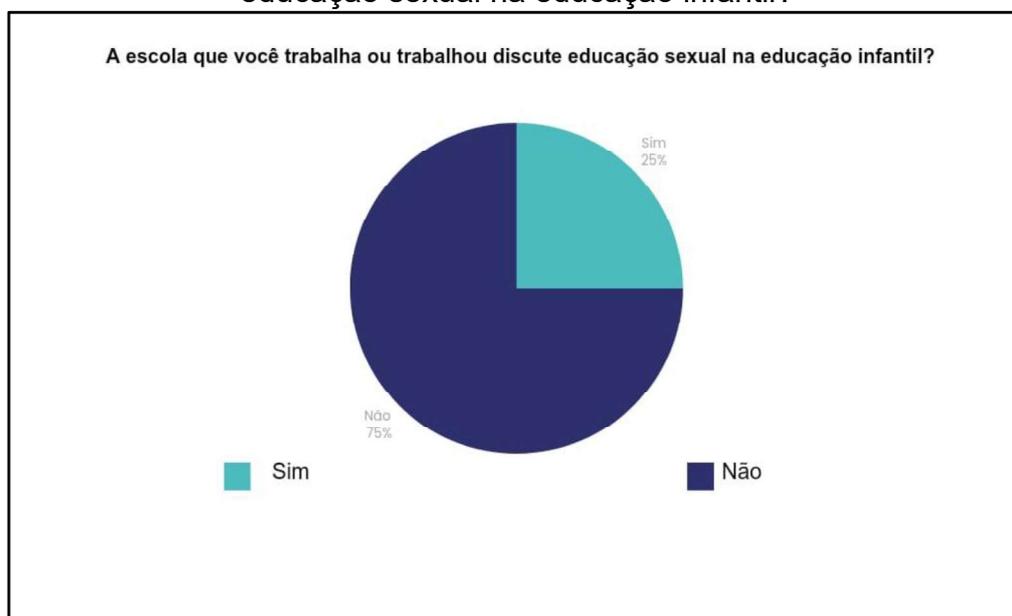
Em contrapartida, os cursos de graduação têm a liberdade de escolher se irão inserir educação sexual como um componente curricular em seus Projetos Pedagógicos de Curso podendo ou não investir na formação do professor polivalente para que o mesmo entenda o que é educação sexual, como discutir em

⁷ Destaca-se que todo o texto que estiver em itálico se refere às falas das professoras entrevistadas, com o propósito de distinguir da escrita da autora desta pesquisa.

sala de aula e mais ainda como identificar situações problemas filtrando cada vez mais possibilidades desse trabalho no cotidiano escolar. Vale lembrar que, o investimento que proporcione ao professor uma gama de conhecimentos que estão cada vez mais inseridos na vivência atual da sociedade e que estão presentes em documentos curriculares mesmo que de forma transversal a ser trabalhado enriquece a qualidade da educação no nosso País.

Com o objetivo de destacar a importância da Educação sexual nos espaços de Educação infantil para que possam auxiliar na formação natural e integral da criança, contribuindo como forma preventiva ao abuso sexual as perguntas 3, 4, 5 e 7 do questionário tiveram o fim de colher dados de como se dá o ensino sobre educação sexual na atualidade nas instituições de Ensino em que as entrevistadas trabalham e buscam desenvolver atividades curriculares de educação sexual para ou/na educação infantil. Observa-se o gráfico da Figura 2, referente a pergunta 3.

Figura 2 - Gráfico da pergunta 3: A escola que você trabalha ou trabalhou discute educação sexual na educação infantil?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A unanimidade dos entrevistados respondeu que não, que as escolas que trabalham não incluem em seus currículos conteúdos dentro da perspectiva e outra parte dos selecionados para responder o questionário afirmou que Sim, as escolas onde trabalham abordam o conteúdo.

Os dados revelam que a maior parte das escolas não está preocupada com questões sociais que envolvem o abuso sendo um fator que pode contribuir para

incompreensão do aluno que pode ou não está sofrendo abuso e conseqüentemente não irá identificar o que se passa com ele, não irá denunciar por não saber o que é, e conseqüentemente a instituição social escola estará negligenciando o direito da criança a informação como diz o ECA em seu artigo 70 – A § VI e no artigo 71 diz que:

A promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990, p. 39).

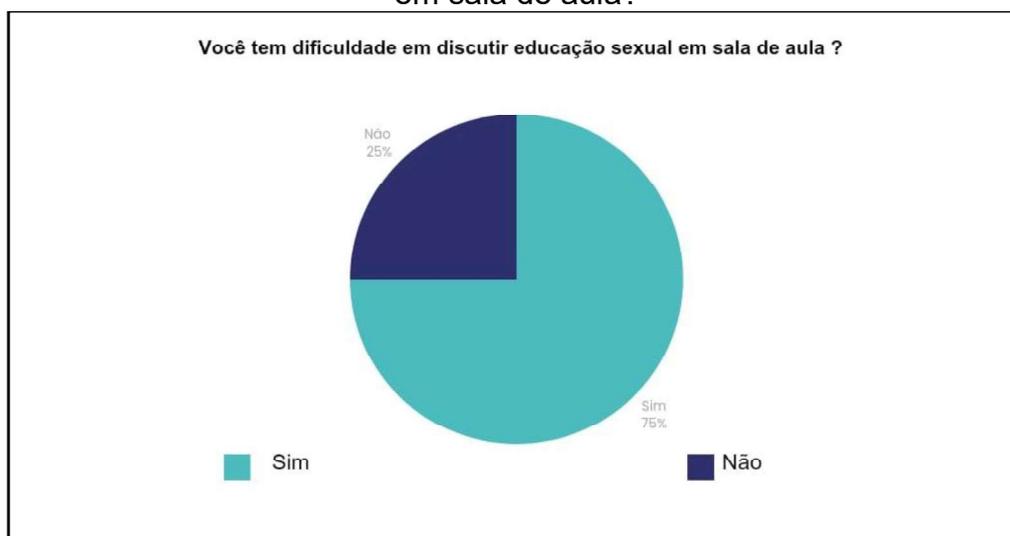
Logo, a escola como um espaço intersetorial que compartilha saberes, construção de novos conhecimentos e forma de agir como um de seus deveres segundo o Estatuto promover em seus currículos ações pedagógicas que proteja, instrua e indague em cada aluno conhecimentos que capacite – o e o façam a vir desenvolver autoconhecimento e defesa em situações de violência físicas que discute e relaciona abuso sexual em seu currículo. Ainda no Eca no artigo 71 vê-se: “A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversão, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (Brasil, 1990, p. 39).

O Eca também ressalta em mais três artigos o direito da criança e dos adolescentes a informações referentes à vida. Porém, no artigo 5 o documento apresenta que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990, p. 11).

Desse modo, o ECA compreende a importância de se trabalhar na escola ações pedagógicas voltadas para a educação sexual como uma forma de proteção e instrução que possam vir a combater qualquer forma de exploração e violência contra a criança e o Adolescente, onde nesta pesquisa os entrevistados afirmaram a escola, como um espaço intersetorial, não incluem em seus currículos ações focadas na educação sexual como uma forma de combate ao abuso sexual na infância desde a educação infantil. Observa-se na Figura 3 o gráfico da pergunta 4.

Figura 3 - Gráfico da pergunta 4: Você tem dificuldade em discutir educação sexual em sala de aula?



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ainda com os dados obtidos com as questões 4 e 5, revelou-se que os profissionais da educação infantil têm dificuldade de trabalhar educação sexual nas salas de aula e esperam surgir alguma demonstração de interesse por parte dos alunos. Algumas professoras relataram que não incluem ou não realizam em sala de aula, planejamentos voltados para o trabalho com o corpo sem fugir da abordagem proposta pela BNCC em 3 de seus campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação.

Não foi possível conseguir relacionar os campos de forma multidisciplinar e interdisciplinar, pois o documento não propicia em seu texto nenhuma questão que envolve a temática da educação sexual de forma transversal entre os campos de experiência em que na questão cinco do questionário grande parte afirmou não incluir em seus planejamentos a temática, e apenas uma pequena parcela disse que integram em sua prática pedagógica na educação infantil temas voltados a educação sexual, pois o documento normativo não auxilia o professor a como trazer para sua prática escolar cotidianamente, e, além disso, não inclui de forma precisa o conteúdo a ser lecionado em sala de aula, visto que as escolas em sua grande maioria apenas trabalham o que a base propõe ao pé da letra. A BNCC aponta a definição de campo de experiência como:

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de

experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças e associados às suas experiências (Brasil, 2017, p.40).

A definição de cada campo de experiência no documento é bem detalhada, trazendo em cada um deles quais, o que, e como trabalhar todas as questões que a BNCC considera necessário no desenrolar da aprendizagem das crianças da educação infantil.

Observou-se que o trabalho em busca de identificar quais são as dificuldades que os profissionais da educação básica têm em oferecer este conteúdo na sua vivência pedagógica, foi atingido ao constatar as seguintes dificuldades em apresentarem suas aulas sobre a educação sexual: envolver atividades curriculares seja de forma transversal ou não no dia a dia escolar, são ainda maiores, visto que os profissionais não têm autonomia para abordar estratégias de ensino na sala de aula sobre educação sexual infantil correlacionando transversalmente com o que a BNCC estipula como conteúdos essenciais para aprendizagem. Apontaram-se circunstâncias que gestões escolares estipulam aos professores do que pode ou não pode incluir em seus planos de aulas, a falta de clareza nos documentos normativos com relação ao assunto, e o receio do que os pais ou responsáveis podem achar ao professor trabalhar/falar em termos associados à sexualidade ou educação sexual para crianças ainda muito pequenas são os principais fatores que influenciam no descarte da educação sexual nos planejamentos das professoras e conseqüentemente não sendo empregada nos âmbitos escolares.

Não se obtendo do papel da direção no caso da escola privada e do projeto político pedagógico de ambas em incluir de forma corriqueira em seus currículos na pergunta 7 do formulário de pesquisa buscou apresentar o ponto de vista dos profissionais da educação básica ao perguntar se acreditam que incluir educação sexual na educação infantil exercerá um declínio no casos de abusos contra crianças e refletir sobre a importância de se trabalhar temas voltados à sexualidade na Educação infantil como uma etapa necessária a ser realizada em sala de aula. De forma unânime todos os participantes que participaram da pesquisa afirmaram que incluir educação sexual na educação infantil poderia sim, amenizar os casos de abuso sexual com crianças uma vez que, levar o conhecimento para as crianças que estão expostas a riscos como o abuso, seria uma forma de prevenção, de levar informações e conhecimento que por muitas vezes seriam determinantes para a

prevenção e descobertas de tentativas ou vias de fato, que ao proporcionar entendimento ao menor do que pode ou não pode ser feito com ele poderia se evitar e denunciar muitos casos através do conhecimento realizado na escola.

Por conseguinte, percebe-se por meio das respostas obtidas, na questão 6, em relação aos diversos desafios encontrados no porquê a educação sexual na infância ainda é um conteúdo desafiador para o pedagogo(a) que como consequência surge um receio de professores em abordar sexualidade ou estratégias em sala de aula, sejam em instituições de cunho particular ou público. Assim como bem expressam algumas professoras⁸.

Sendo um tema ainda bastante complexo e desafiador para as escolas, deve ser tratado de maneira natural. Quanto mais cedo e natural isso for sendo tratado, mais fácil será lidar com o conteúdo principalmente com crianças da educação infantil (Professora 3).

Pois o professor apesar de ser o mediador na sala de aula, ele ainda é muito julgado pela sociedade conservadora, muitos pais fiscalizam arduamente o que posto aos filhos, é muito mais fácil criticar o professor do que elogiar, e práticas como essas são interpretadas como não apropriadas para os alunos, que o professor está induzindo a criança a praticar o ato. O que é um absurdo, com o medo e algumas ameaças até o processo acaba se reprimindo, principalmente os contratados que não tem autonomia alguma na sala de aula (Professora 4).

Porque ainda existe muito preconceito em relação a esse assunto, onde a sociedade confunde muito a educação sexual, relacionado ao ato sexual, tratando como algo fora do normal para ser trabalhado na escola (Professora 9).

As passagens vistas apresentam aquilo que já discutimos anteriormente que é o desejo dos profissionais da área em incluir em suas classes, conteúdos relativos à educação sexual. Todavia, as escolas como ambiente ainda moldado pelo tradicionalismo moral tratam o assunto como complexo, já que famílias ainda não aceitam e não enxergam o assunto como algo preventivo e sim, ameaçador. Por ser questões que permeiam a ideia de polêmicas, como diz uma das professoras que participaram da pesquisa, muito se confunde no que seria a educação sexual para crianças da educação infantil. Como refere a: *Porque é um assunto que gera polêmica, insegurança e muitas das vezes questionamos como abordar o tema para*

⁸ Respostas extraídas do formulário de pesquisa que transcreve das respostas quais são as dificuldades que os professores tem em trabalhar educação sexual como forma de prevenção em suas salas de aula. E o motivo de seu um conteúdo ainda desafiador para pedagogos.

crianças tão pequenas. É um assunto que ainda não é tratado com naturalidade (Professora 5).

Desse modo, a escola ainda apresenta dificuldade em relação a realizar um trabalho deste porte em seus ambientes de educação, ainda estendendo essa barreira da não aceitação apresentada pelos entrevistados. Com isso, dando sequência a próxima questão, através dos relatos apresentados, foi possível verificar que grande parte dos professores nunca leu nenhum livro paradidático infantil de educação sexual voltados para crianças em sala de aula. Uma delas afirmou “*que procurou literaturas para incluir no seu trabalho pedagógico, mas não encontrou nenhum que fosse apropriado e lúdico acabou criando sua própria história*” (Professora 2, 2023).

Outras discussões trazidas pelas participantes da pesquisa foram: se tem escolas que abordam seus currículos educação sexual, um outro óbice a ser enfrentado pelos profissionais da área é: como vou inserir a temática de forma lúdica na minha sala de aula? Pois, recorrer à literatura será um pouco mais difícil, devido a escassez de materiais de literatura no mercado. Indagou a entrevistada:

Não um livro específico, mas conteúdo como Identidade e valores, se trabalha o “Eu” e abre espaço para inserir o conteúdo de educação sexual de forma natural, facilitando o processo e as responsabilidades de cuidarem do seu próprio corpo. Uma forma natural de falar de um conteúdo ainda considerado “tabu” nas escolas e até mesmo na própria família (Professores 1).

Encontrar materiais que auxiliem o professor a introduzir mesmo que de forma transversal em conteúdos estipulados pela BNCC é dificultoso, o que os leva a criar seu próprio material a partir dos que existem, fazendo algumas modificações para se encaixar na temática, ou até mesmo como citado no relato da professora acima aproveitar de materiais mais antigos como o Referencial Curricular e os Parâmetros Curriculares que hoje são utilizados como documentos de auxílio aos profissionais de Educação.

Por fim, a última pergunta do questionário procurou entender se como profissional da educação já vivenciou alguma experiência relacionada à educação sexual em sala de aula e, se sim, como agiu?. Uma das maiores dificuldades encontradas pelos professores relacionados a atuação é como lidar com os problemas que chegam à escola junto com cada aluno, sejam eles familiares, de

comunicação e traços de personalidade, o “como agir” nessas situações estão presentes no cotidiano escolar e geram conflitos de práticas no profissional de educação. Como afirma Soares (2005, p. 39). “Intervenção se caracteriza, na perspectiva educacional, como um ato que pode constantemente marcar os processos que ocorrem com os alunos em sua maneira de construir conhecimento”.

Um percentual dos entrevistados disse que não sabem informar se já vivenciaram em sala situações referentes a educação sexual, pois na época dos ocorridos não tinham experiência suficiente para identificar de forma sucinta e clara ocasiões que englobasse a educação sexual e muito menos, tinham saído preparados do curso de Pedagogia preparados para lidar com casos dessa perspectiva.

Parte das entrevistadas relatou que já passou por diversas experiências relacionadas à educação sexual, porém não soube como interferir diante das circunstâncias. Pedagogos enfrentam diariamente problemas sociais que chegam em sala, as preocupações destes profissionais em como agir diante de casos como esse aumentam a cada dia. Uma professora citou como interferiu em uma determinada situação que aconteceu com ela:

Sim. Um menino puxou as calças de uma menina na sala, no momento eu repreendi, mas depois fui conversar com ele em particular para saber o motivo, e ele achou super normal, a menina ficou super constrangida com razão, pois estava na frente de todos os colegas. Conversei com os pais de ambos, principalmente com o do menino, e sua mãe normalizou também a situação, porém depois descobri que o pai induzia a criança a pular etapas, porém não era de modo educativo, foi a partir daí que criei a historinha de forma lúdica para educá-los sobre o respeito, a importância do diálogo, e também fiz uma dinâmica do semáforo do toque, para conscientizá-los onde é permitido tocar, quem pode tocar, e alertar aos pais caso alguém tente tocar ou toque neles sem permissão! (Professora 4).

Situações como essas estão chegando às escolas com mais frequência, e agora não só nas salas de ensino fundamental, mas como relatado pelas professoras na pesquisa, crianças menores inseridas na educação infantil também estão trazendo para o ambiente escolar discussões que são envoltas nesta abordagem seja mediante situações de indagações que chegam à escola através dos alunos, ou por meio de contextos específicos de abusos que circulam no meio social das crianças. Deste modo, identifica-se a necessidade de uma orientação, haja vista que com o avanço das tecnologias crianças têm cada vez mais acesso a

conteúdos e informações que muitas vezes não são monitorados pelos responsáveis e, que se feita de forma errada ocasiona em diversos casos de desinformação, proporcionando o estímulo a mais e precoce relacionados ao corpo na medida que reconhece a si e ao seu corpo.

Em virtude disso, surge como indispensável que o educador esteja preparado para conduzir de forma didática e clara tal tarefa, o que traz ainda mais responsabilidade à profissão tendo em conta as que já possuem. Portanto, escola e família devem trabalhar juntos para que ocorra a Educação Sexual de crianças tornando o processo de ensino e aprendizagem respeitosa, de qualidade e consequentemente com acesso a questões básicas de saúde, bem-estar qualidade de vida.

6 CONCLUSÃO

Como propositura, este trabalho visou servir como aporte para futuras pesquisas no contexto educacional, de forma a contribuir com melhorias no ensino infantil. Conforme os resultados obtidos nesta pesquisa, foi observada uma dificuldade por parte dos profissionais que participaram, em trabalhar educação sexual em salas de aula de educação infantil.

Observou-se também dificuldades relatadas em turmas do ensino fundamental anos iniciais, havendo a necessidade de formação que proporcione aos pedagogos(a) que já atuam em escolas conhecimento envolvidos na temática da educação sexual infantil, assim como o investimento por parte de políticas de Estado e educação que integre o assunto nos currículos e metodologias das escolas de educação infantil, haja vista as inúmeras circunstâncias como: a escola permitir se for de via particular, se não houver uma restrição das famílias das crianças e se o professor está familiarizado e sentir segurança em abordar essa temática no ambiente escolar.

Por parte, a legislação educacional brasileira ainda não se dispõe a discutir educação sexual na etapa da educação infantil. Alguns documentos como o Estatuto da criança, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil propõe que seja discutida na sala de aula da educação infantil, contudo, o principal documento utilizado atualmente no Brasil, a BNCC, ainda trata como suficiente a discussão apenas para o Ensino fundamental anos finais implantando nas salas de aula com o aspecto higienista, excluindo não as e adolescentes de perspectivas políticas e sociais, firmando mais uma vez a ideia de educar meramente para prevenção do que para a compreensão.

Os dados desta pesquisa revelaram que a Educação sexual se expressa dentro do ambiente educacional desde a educação infantil, uma vez que, os documentos que orientam a ação pedagógica do professor não regem como necessário discutir educação sexual na escola desde os primeiros anos da criança na escola. Desta forma, por meio da contribuição do referencial teórico desta pesquisa torna aceitável o parecer da importância de se trabalhar a educação sexual na educação infantil sendo utilizada como um interventor no auxílio à prevenção, combate e denúncia de casos de abusos sexuais infantis.

Algo de suma importância revelado por esta pesquisa, foi a compreensão do professor ao que seria educação sexual e como abordá-la no ambiente escolar não somente de forma transversal, ou tão só quando surge interesse do aluno, assim uma solução para as dificuldades encontradas, é entender que o pedagogo efetivamente se difunde como a primeira figura que não faz parte do contexto familiar da criança que se defronta com casos específicos que estão circundados a educação sexual. Posto isto, a necessidade da formação docente preparada é imprescindível para conflitos e mediação a conteúdos e casos relacionados a violência sexual. Assim, foi relatado pelos participantes desta investigação que não há sequer orientação por parte da secretária de educação ou gestão da escola em que atuam correlacionados à temática da educação sexual.

Se crianças e jovens forem apenas reforçados na ideia higienista, com o intuito de tão somente resolver os problemas de saúde pública da sociedade Brasileira, ainda teremos educação voltada para repetição, sem incluir estudantes na perspectiva política e social em que estão inseridos e que são participantes ativos naquela comunidade em que vivem e a modificam a todo momento. E, posteriormente, negando-os informações, conhecimentos e questões que se relacionam diretamente ao conhecimento do corpo e prevenção ao abuso, trazendo uma invisibilidade nos documentos e diretrizes curriculares que compõem toda a legislação brasileira educacional, prejudicando as discussões de serem pautadas em livros e materiais didáticos, no planejamento do professor, na formação do mesmo, seja ela na formação obrigatória e na formação continuada.

Por fim, foi possível alcançar os objetivos determinados pela pesquisa enaltecendo a importância da educação sexual na educação infantil, ao revelar como indispensável novas discussões para a temática, tendo como a inserção da mesma nas escolas como intercessor na formação integral da criança e contribuindo como uma forma de prevenção ao abuso sexual, ressaltando a necessidade de alternativas que contribuam para formação de professores na discussão sobre sexualidade na infância, identificado quais as principais dificuldades dos profissionais da educação em abordar educação sexual nos estabelecimentos de ensino e abrindo portas para debates que influenciam na formação do professor. O trabalho tem por intuito despertar essa reflexão para que outros estudos posteriores surjam.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Thomás (ed.). **Sexualidade e vida saudável**. Telavita, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.telavita.com.br/blog/sexualidade-e-vida-saudavel/>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01 de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual**. Secretaria de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF. 1997.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jeanet *et al.* A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERVO, Amado Luiz *et al.* **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2017.

COUTO, Daniela Paula. Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000100004. Acesso em: 14 set. 2023.

DANTAS, Hugo. O papel da escola. In: **Programa de Combate à Exploração Sexual das Crianças e Adolescentes**. Fundação Demócrito Rocha: Fortaleza, 2019. p.163-175.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Conquistas e desafios das educadoras e educadores atuantes em educação sexual: subsídios para a formação docente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 30, n. 1, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade, v. 1: A vontade de saber**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FURLANETTO, Milene Fontana *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?lang=pt#>. Acesso em: 02 set. 2023.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaios sobre sexualidade, análise fragmentária de uma Heresia (“o caso Dora”) e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

MONSORES, Tatiana. **Descubra como a Holanda trata Educação Sexual e por que o Brasil devia seguir o exemplo**, 2022. Disponível em: <https://papodepai.com/descubra-como-holanda-trata-educacao-sexual-por-que-brasil-deveria-seguir-exemplo/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SOARES, Claudia Vivien Carvalho de Oliveira. **As intervenções pedagógicas do professor em ambientes informatizados: uma realidade a ser construída**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Cap. 1. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7141/000539705.pdf?sequence>. Acesso em: 19 set. 2023.

STOLLER, Robert. **Sexo e Gênero**: sobre o desenvolvimento da masculinidade e feminilidade. Ciência House: New York City, 1968.

SUPLICY, Marta. **Papai, mamãe e eu**: o desenvolvimento sexual da criança de zero a dez anos. São Paulo: FTD, 1999. 88p.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Obras escogidas** (vol. III). Madrid: Visor, 1995.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa Aplicado com os professores

1. Qual é sua formação? Há quantos anos atua na educação? Qual a série que leciona e a quanto tempo ?
2. O que é Educação Sexual para você?
3. A escola que você trabalha discute educação sexual na educação infantil?
() SIM () NÃO
4. Você tem dificuldade em discutir educação sexual em sala de aula?
() SIM () NÃO
5. Na sua prática pedagógica na Educação infantil, você já realizou trabalhos sobre Educação sexual com seus alunos ?
() SIM () NÃO
6. Na sua opinião, por que a educação sexual na infância, ainda é conteúdo desafiador para o Professor?
7. Você acredita que se a escola trabalhasse educação sexual na infância, poderia amenizar os inúmeros casos de abuso sexual com crianças?
() SIM () NÃO
8. Você já leu algum trabalho sobre educação sexual para crianças ? Se sim, descreva o nome?
9. Como profissional da Educação, você já vivenciou algo relativo à sexualidade na sala de aula ? Se sim , como reagiu ?

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

A pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “Educação Sexual como forma de prevenção ao abuso sexual: Uma análise do tema, nos documentos curriculares da Educação Infantil”, está sendo desenvolvida por Joylline Yonara Frutuoso da Silva, aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Diego Lima dos Santos Silva, e tem por objetivo destacar a importância da Educação sexual nos espaços de Educação infantil para que possam auxiliar na formação natural e integral da criança, contribuindo como forma preventiva ao abuso sexual.

Assim, esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) Senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, e todos os dados fornecidos até então serão excluídos e não aparecerão no estudo em destaque.

Por fim, agradecemos a sua colaboração para responder este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na metodologia no meu TCC. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Estarei à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

() Estou de acordo: _____

() Não estou de acordo.

Data: _____ / _____ / _____